

ATA NÚMERO 172/XIII/3.^a SL

Aos 17 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Audição regimental da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.**
2. **Aprovação da ata n.º 170.**
3. **Apresentação do relatório da reunião interparlamentar da Comissão ECON do PE, realizada em 10 de outubro.**
Relator: Paulo Trigo Pereira (PS)
4. **Deliberação sobre auditorias a efetuar pelo Governo e pelo Tribunal de Contas, relativa a 2016.**
5. **Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP BE, para “audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no âmbito da anulação de dívida fiscal à Brisa e da eficácia da Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária”.**
6. **Escrutínio de iniciativas europeias.**
7. **Apresentação do relatório da participação da AR na Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação Económica realizada de 29 a 31 de outubro de 2017.**
Relator: Paulo Trigo Pereira (PS)
8. **Outros assuntos.**

1. Audição regimental da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

A Senhora Presidente deu as boas vindas à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, à Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e ao Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, enquadrando a audição no âmbito do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Em sede de primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Hortense Martins (PS), Paulino Ascensão (BE) e Cecília Meireles (CDS-PP).

A Ministra e os Secretários de Estado responderam individualmente às questões colocadas pelos senhores Deputados nesta ronda de intervenções.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Ricardo Leão (PS), Paulino Ascensão (BE) e Cecília Meireles (CDS-PP). Usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Paulo Trigo Pereira (PS) e António Ventura (PSD). A Ministra e os Secretários de Estado responderam ao conjunto das questões.

A Senhora Presidente agradeceu a presença da Ministra e dos Secretários de Estado e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

2. Aprovação da ata n.º 170.

A ata foi aprovada por unanimidade.

3. Apresentação do relatório da reunião interparlamentar da Comissão ECON do PE, realizada em 10 de outubro.

Relator: Paulo Trigo Pereira (PS).

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) apresentou o [relatório](#) de que foi autor.

4. Deliberação sobre auditorias a efetuar pelo Governo e pelo Tribunal de Contas, relativa a 2016.

A senhora Presidente informou que o Tribunal de Contas deu nota, na audição de ontem, que a auditoria sobre o processo de privatização da TAP estava quase pronto e fez referência às duas audições solicitadas ao Governo e cuja entrega se encontra atrasada.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) pediu o adiamento deste ponto para a próxima reunião.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) pronunciou-se no sentido de dar nota o Governo de que é necessário ter uma ideia do prazo de conclusão destas auditorias.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) notou que os prazos estão revistos na lei e que, estando o prazo ultrapassado relativamente a uma auditoria, não tem a certeza se o mesmo acontece no que respeita à mais recente, defendendo ainda que se peça informação ao Governo relativamente às auditorias em que o

prazo já terminou. Acrescentou que PS, BE e PCP já decidiram as auditorias a pedir: solicitam ao Governo uma auditoria ao Serviço Público Universal (com a entrega de um requerimento escrito) e ao Tribunal de Contas uma auditoria ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

A Senhora Deputada Cecília Meireles notou que o CDS-PP exerceu o seu direito potestativo de pedir o adiamento deste ponto, após o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) fazer menção de o abordar, realçando ainda que tal era independente de os GP PS, BE e PCP terem manifestado já a sua posição sobre as auditorias.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) interveio precisamente nesse sentido, declarando que o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apenas adiantou as auditorias a pedir, mantendo-se o ponto adiado para a próxima reunião.

5. Apreciação e votação do [requerimento](#) apresentado pelo GP BE, para “audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no âmbito da anulação de dívida fiscal à Brisa e da eficácia da Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária”.

O Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) apresentou o requerimento, sintetizando os argumentos aí elencados.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), sublinhando que não se opõe ao mesmo, considerou o requerimento estranho, dado que o BE foi favorável à reavaliação de ativos. Rotulando a ideia de excelente, realçou que o fundamental é que a audição se refira a toda a política de concessão de benefícios fiscais, respondendo o Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) que a decisão nada tem a ver com o programa PERES.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) referiu que não falou no PERES, com o qual concorda, mas que está relacionado com a reavaliação de ativos. Admitindo que não é a mesma coisa, sustentou que o BE vota a favor quando é o Governo que o faz e está contra quando é a Autoridade Tributária e Aduaneira a fazê-lo.

Em resposta ao Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que notou que era necessário perceber se o âmbito do requerimento é alargado ou não, a Senhora Presidente manifestou a sua opinião no sentido de que a apreciação do caso concreto pressupõe alargar as perguntas à questão mais geral.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) discordou da Senhora Presidente, referindo que, pelo que se lê nas notícias, não se trata de um benefício fiscal, mas sim de uma outra situação que é preciso identificar.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), então, propôs alargar o âmbito do requerimento para fiscalidade dos grandes contribuintes, apesar de não o considerar necessário, porque está implícito.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), sublinhando que o requerimento é específico, considerou normal que as intervenções a efetuar tenham um caráter mais geral. Entendeu que não se deve alargar o âmbito do requerimento, todavia, e que se, no final da audição, se verificarem dúvidas nessa matéria, poderá ser apresentado novo requerimento nesse sentido.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) defendeu ser difícil que a audição não abranja uma política mais geral, alargada aos grandes contribuintes.

O Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) interveio para referir que a última reformulação efetuada pela Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) e corroborada pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) já está incluída no requerimento (leu o excerto em causa). Terminou referindo que pensa que o objeto do requerimento corresponde às observações realizadas.

6. Escrutínio de iniciativas europeias.

A Senhora Presidente introduziu o tema notando que, no que respeita à quantidade de iniciativas europeias escrutinadas, a COFMA já pecou por excesso e agora peca por defeito, aditando que a questão foi suscitada por Deputados com assento na COFMA e na CAE. Sugeriu repensar a melhor metodologia para assegurar que iniciativas europeias importantes não passem ao lado da COFMA.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS), na qualidade de coordenadora do Grupo de Trabalho de escrutínio das iniciativas europeias na CAE, corroborou as palavras da Senhora Presidente, referindo-se a iniciativas relevantes sinalizadas pela CAE para a COFMA que não foram objeto de escrutínio nesta comissão.

A Senhora Presidente referiu que pediria aos serviços da COFMA que enfatizassem iniciativas com especial interesse para a COFMA.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) interveio para dizer que esta matéria já foi discutida anteriormente e que, antes desta metodologia, havia várias iniciativas europeias apreciadas apenas formal e superficialmente, sem verdadeiro trabalho de análise. Afirmou que os GP são soberanos para decidir a apreciação de iniciativas e que se tal não tem sido feito é porque os GP não têm visto essa necessidade. Considerou que a COFMA não está em falta porque não tem objetivos nesse sentido.

A Senhora Presidente esclareceu que ninguém disse que a COFMA estava em falta mas que há matérias relevantes que merecem uma melhor atenção.

A Senhora deputada Inês Domingos (PSD), também membro da CAE, notou que é útil que a COFMA se pronuncie sobre certos temas. Propôs que, caso haja sinalizações, se insira esse ponto na OD.

A Senhora Presidente confirmou que assim será, após o que o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sublinhou que o ponto não deve ser de distribuição mas de sinalização, sem assumir que será designado relator.

A Senhora Presidente confirmou que é essa a intenção e o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) acrescentou que os serviços têm enviado regularmente as iniciativas e que nada tem a opor a que a OD tenha um ponto desta natureza.



7. Apresentação do relatório da participação da AR na Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação Económica realizada de 29 a 31 de outubro de 2017.

Relator: Paulo Trigo Pereira (PS)

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) solicitou que se discutisse na reunião de mesa e coordenadores uma forma de tornar mais visível, na página internet da AR, este tipo de relatórios, de todas as comissões, que devem estar acessíveis aos cidadãos. A Senhora Presidente esclareceu que essa questão não passa pela COFMA.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) passou então à apresentação do relatório.

8. Outros assuntos.

Não se registando outros assuntos, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 14:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de janeiro de 2018.

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 17 de janeiro de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Leitão Amaro
António Ventura
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Mano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva
João Galamba